

Cooperação militar Portugal-Moçambique:

URSS coloca reservas

O Jornal

2/7/82 p.20

136
44-07

Carneiro Jacinto, enviado especial

A União Soviética parece não ver com bons olhos a possibilidade de concretização de um acordo militar entre Portugal e Moçambique. Isso mesmo terá sido dado a entender às autoridades moçambicanas, o que levou o presidente Samora Machel a reagir com alguma violência chamando à sua presença o embaixador soviético no Maputo, a quem disse que as decisões nesta e em todas as matérias cabem exclusivamente ao seu governo que não aceita recomendações de ninguém. Os soviéticos terão reagido ao facto de não terem sido informados das conversações em curso com Portugal.

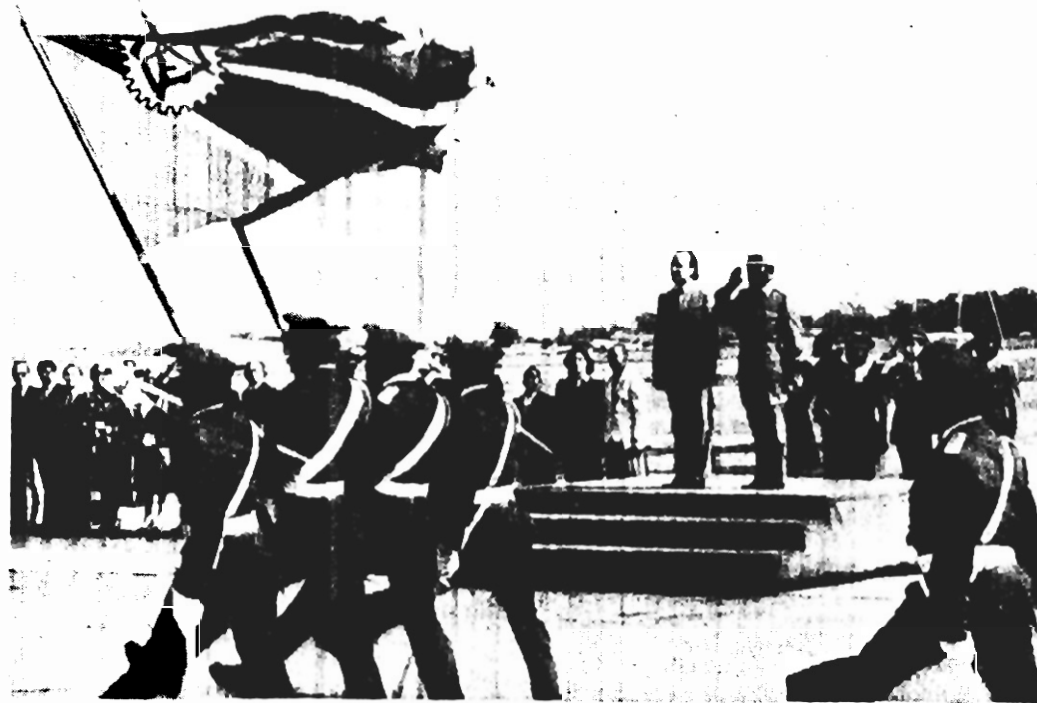
Entretanto, o enviado de «O Jornal» apurou que estará, em Outubro, no Maputo, uma alta e numerosa delegação soviética para discutir diversos temas com as autoridades moçambicanas. Admite-se que um dos temas a tratar seja exactamente a cooperação militar com Portugal, que tem em Samora Machel o principal defensor.

A ajuda militar portuguesa a Moçambique foi um dos temas abordados nas conversações travadas entre Francisco Pinto Balsemão e Samora Machel e na reunião alargada das duas delegações. Em princípio, ficou decidido, como aliás se previa, que o assunto seja analisado em profundidade no próximo mês de Julho, quando da visita a Portugal do ministro da Defesa de Moçambique, Alberto Chipande.

A cooperação militar de Portugal e Moçambique é um tema controverso, tanto em Lisboa

como em Maputo, sobretudo no que respeita ao alcance desse relacionamento. Fontes moçambicanas disseram ao enviado de «O Jornal» que existe o maior interesse na concretização de um acordo, muito embora ainda não existam ideias definitivas sobre o seu alcance e modalidades. Mas tudo indica que se perfilam duas correntes no seio do Executivo de Moçambique: uma, favorável, e outra, para a qual as reservas soviéticas devem ser levadas em conta. Estaria neste o caso o major-general Armando Guebuza, actual ministro residente de Sofala (Beira) é um dos homens fortes na hierarquia militar de Moçambique.

Armando Guebuza não se mostrou muito interessado em aprofundar esta questão quando foi interpelado por «O Jornal», na Beira. Mostrou-se, no entanto, concordante com as declarações, vindas recente-



Machel e Balsemão no Maputo

Cooperação luso-moçambicana continua a dar passos seguros

mente a público, de Alberto Chipande, para quem o facto de Portugal pertencer à NATO não coloca quaisquer obstáculos à cooperação militar entre os dois países. Guebuza disse-nos, ainda, que, segundo as informações de que dispunha, esta hipótese «não parece ser muito contestada em Portugal

e foi até apoiada por Freitas do Amaral». «Nós precisamos de armas», disse-nos ainda Guebuza, querendo com isto significar a necessidade cada vez mais sentida de combater a «Resistência Moçambicana», ultimamente muito activa, nomeadamente na área da Beira.

Fontes da delegação portuguesa disseram-nos, entretanto, que este assunto tem de ser analisado com todo o cuidado, levando em linha de conta não só o interesse português, mas também os seus reflexos internos em Moçambique e, de um modo geral, na África do Sul.

«Se se concluir, por exemplo, que um acordo militar luso-moçambicano pode criar problemas ao Presidente Samora Machel, não devemos avançar, assim como não podemos perder de vista a reacção da África do Sul» — disse-nos uma fonte. Com efeito, os sul-africanos começaram por reagir favoravelmente ao anúncio desta hipótese, mas agora terão assumido uma posição diferente, próxima da condenação.

Para já, parece ser ponto assente o envio de mais armas e fardamento português para Moçambique, sendo possível que, depois do encontro em Lisboa dos dois ministros da Defesa, venham a ser adoptadas outras modalidades de cooperação como a formação de militares em estabelecimentos portugueses. Parece totalmente posta de parte a hipótese de envio de forças ou grupos militares portugueses para Moçambique, até pelas implicações que um gesto desse tipo poderia ter.

A RPM necessita de organizar as suas Forças Armadas, e rapidamente, dado o crescimento das actividades hostis ao regime. Saídos da luta de guerrilha, os moçambicanos ainda não tiveram tempo para organizar umas Forças Armadas em sentido tradicional, o que lhes tem colocado problemas de toda a ordem.